

Presidente

Secretário

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD 20)

Usou da palavra o senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** para, em primeiro lugar, pedir esclarecimento acerca do assunto relacionado com a antiga

Presidente

Secretário

passagem para o Centro Escolar de Lamego, dado que segundo comentários ouvidos, foi vedada/fechada.

De seguida, lamentou o fato de não ter recebido convite para estar presente à inauguração do Pavilhão Multiusos de Lamego, à qual se seguiu a realização do jogo internacional de andebol, Portugal – Turquia. Referiu, no entanto, que este evento desportivo foi bem-sucedido, tendo, inclusivamente, sido transmitido em direto pela RTP2.

Questionou, ainda, o senhor Presidente se o referido Pavilhão está de facto em condições legais e funcionais para receber outros eventos e se possui a competente licença de utilização.

O senhor **Presidente da Câmara**, respondendo ao senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, informou que o Pavilhão tem todas as condições funcionais, mas que ainda não tem licença de utilização, porque falta a certificação energética e da qualidade do ar interior, de acordo com o Regulamento dos Sistemas Energéticos e de Climatização de Edifícios (RCESE) e o Regulamento das Características do Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE).

Informou, ainda, o senhor Vereador que não se tratou de uma inauguração, mas apenas se procedeu ao ritual da bênção do equipamento que, nessa noite, iria acolher o seu primeiro jogo de alta competição.

A senhora **vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** tomou da palavra, dizendo que mesmo a comissão de organização só soube desta bênção um dia antes do jogo e assumiu que a inexistência de convite teria sido uma falha sua e da responsável pelo protocolo, Dra. Susana Teixeira Oliveira. A mesma deveu-se, em seu entender, ao fato de se ter confiado, em demasia, no correio eletrónico. Contudo, recordou que, na reunião pública do mês de Dezembro, todo o executivo e demais participantes, na reunião, foram convidados. A falha apontada foi pontual, pois teve muitas confirmações por correio eletrónico dos convites enviados. No entanto, solicitou a compreensão, de todos, para o sucedido, indo tentar apurar o motivo da mesma, bem como reiterar, especial cuidado, para que tal não volte a suceder.

Apesar das falhas apontadas, a Vereadora da Juventude e Desporto informou que o Jogo de andebol, entre as seleções de Portugal e Turquia, foi um sucesso, teve uma adesão maciça do público, o jogo foi transmitido em direto na RTP2 por duas

Presidente

Secretário

vezes e na RTPN, ficando o custo total do evento, aproximadamente, entre quinze a vinte mil euros. Considerando-o um valor baixo, tendo em conta que, o alojamento, refeições, transportes e todo o material promocional foi adquirido em empresas da cidade, isto além de promover as empresas e comércio local traduz-se num retorno financeiro e promoção turística.

Informou que, para além do jogo, teve também lugar uma ação de formação com o prof. João Varejão, no auditório do Centro Multiusos, onde participaram cerca de 70 professores, entre os quais, professores de Ed. Física, técnicos e atletas do Andebol Clube de Lamego. Este evento coincidiu com o estágio da seleção com treinos abertos ao público e visita desta às escolas, o que fez as delícias dos alunos.

Esta iniciativa teve o apoio/parceria de diversas instituições e empresas da região e contou com a adesão de jovens voluntários, tanto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, como da Escola de Hotelaria de Lamego, além dos atletas, dirigentes e técnicos do Andebol Clube de Lamego.

Em relação ao ritual da bênção, informou que, mesmo a comissão da organização, só teve dele conhecimento no dia anterior à sua realização.

Finalmente, felicitou o apoio dos técnicos da Lamego ConVida, funcionários da CML (cantina municipal e DMSU), consórcio da obra, Federação de Andebol de Portugal, Associação de Andebol de Viseu, Andebol Clube de Lamego, escolas participantes, empresas patrocinadoras e toda a população em geral, que acarinhou este evento.

O sucesso desta iniciativa foi corroborado pelos vereadores Jorge Osório, Manuel Coutinho e Marina Valle.

O senhor **Presidente da Camara** convocou o senhor arquiteto Jorge Caetano para explicar a situação da passagem para o centro escolar de Lamego, levantada pelo senhor vereador Agostinho Ribeiro. Analisado o processo concluiu-se que o alvará de licenciamento e o correspondente registo na conservatória indicam o espaço envolvente ao prédio em causa, incluindo o arruamento, como logradouro do referido prédio. Tudo indica ter ocorrido um erro no licenciamento, mas, formalmente, nos termos dos documentos do processo, assiste direito aos condóminos a requerer aquele espaço para seu uso exclusivo. Claro que esta situação poderá a todo o tempo ser alterada por decisão de instâncias judiciais,

Presidente

Secretário

através da eventual anulação do licenciamento, situação a evitar porque causaria graves problemas e prejuízos aos proprietários que foram adquirentes de boa-fé daquelas frações.

CAMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao executivo do teor do ofício emanado da Quinta dos Poços, Sociedade Agrícola José Mesquita Guimarães, Lda., datado de 21 de Dezembro de 2011, no qual agradecem ao senhor Presidente da Camara a reconstrução do caminho público chamado de Quinta dos Poços, na Vila de Valdigem.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD 20)

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao executivo do teor do ofício n.º 891, emanado da Escola E.B. 2,3 de Lamego, datado de 20 de Dezembro de 2011, no qual agradecem a colaboração da Município de Lamego, na concretização da “XXII Edição da Corrida para a Saúde” que se realizou no passado dia 16 de Dezembro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD 20)

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao executivo do teor do ofício n.º 569, emanado do Museu do Douro, datado de 27 de Dezembro de 2011, no qual informam que na última reunião do Conselho de Administração da Fundação Museu do Douro, foi decidido nomear o senhor Arquiteto Fernando Seara diretor efetivo do Museu do Douro por um período de três anos.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento e desejou as maiores felicidades ao novo diretor do Museu do Douro, esperando que sob a sua direção, o Museu do Douro possa prosseguir o seu caminho no sentido de vir a ser o verdadeiro museu de território tão ansiado por todos os durienses.

POLÍCIA (COD 50)

Presidente

Secretário

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao executivo do teor do e-mail emanado da Associação Sindical dos Profissionais de Polícia - ASPP, datado de 7 de Janeiro de 2012, que vem acompanhado do comunicado da ASPP/PSP, sobre a situação da PSP de Lamego, apelando que seja analisada a informação disponibilizada por este sindicato, principalmente, tendo em conta que o interesse a salvaguardar é a segurança dos munícipes e as condições de trabalho destes profissionais.

Deliberado: O senhor presidente da Câmara Municipal manifestou a sua preocupação com a situação relatada, no que é acompanhado por todo o executivo, que, embora compreendendo a situação existente de escassez de recursos policiais em todo o país, considera ser necessário garantir os meios humanos e materiais mínimos para que a divisão da PSP de Lamego cumpra cabalmente a sua função, expressando que continuará a dialogar com o Comando e com o Ministério da Administração Interna, sensibilizando-os para este problema, a fim do mesmo ser atenuado.

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 5 de Janeiro de 2012, cuja dotação orçamental é de 254.819,77€ e dotação não orçamental é de 138.516, 85€.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 27 de Dezembro de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

02-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)

Presidente

Secretário

REQUERENTE: FRANCISCO LUÍS BARBOSA PEREIRA PINTO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 9/01/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual, face ao pedido do senhor Francisco Luís Barbosa Pereira Pinto, solicita o pagamento da dívida da água, referente às instalações n.ºs 24114 e 27571, em 24 prestações mensais, alegando não ter possibilidades económicas para o fazer na totalidade.

Neste momento as dívidas ascendem a 931.55 €, acrescidas de 98.25 € de taxas de encargos e de justiça, mais juros de mora.

Dispõe o artigo 196, n.ºs 1 e 4 do Código de Procedimento e Processo Tributário que as dívidas exigíveis em processo executivo poderão ser pagas em prestações mensais e sucessivas, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal, sendo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número de prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização (102,00 €).

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara a apreciação e deliberação do referido pedido.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, autorizando o pagamento da dívida em 24 prestações mensais.

03-ASSUNTO: PEDIDO DE RECTIFICAÇÃO DE FACTURAS (COD 01)**REQUERENTE: MARIA GORETI TEIXEIRA PINHEIRO MOURA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 10/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 3/DMSU, de 3 de janeiro de 2011, seja autorizado a retificação da fatura n.º 141476/Novembro /2011, no valor de 466,18 €, correspondente ao gasto de 175m3, da instalação n.º 22391, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 142,36 €.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretário

04-ASSUNTO: DENÚNCIA DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (COD 01)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 11/01/12 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 6/DMSU, de 4/01/12, se proceda à denúncia dos respetivos contratos de água, nos termos do n.º 7 do artigo 56º do RDADAR.

INSTALAÇÃO	TITULAR DO CONTRATO
2803	ANTÓNIO TEIXEIRA
4418	CÁTIA ALEXANDRA F. F. SARMENTO
6552	JOAQUIM SILVA NEVES
18267	PEDRO MIGUEL RIBEIRO DE MELO
24398 E 24422	JOSÉ LUÍS GONÇALVES CORREIA
24447	DELFIN JOSÉ PEREIRA DA SILVA
27130	MARIA ALICE DO CARMO RODRIGUES GOMES
27294	QUINTAS DO BACO – ORG. E EVENTOS UNIP. LDA.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

05-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL (COD 17)

REQUERENTE: DIMAS DA PIEDADE FRANCISCO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 12/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, referindo que, em 7 de Janeiro de 1999, o senhor Dimas da Piedade Francisco sofreu um acidente de viação na estrada municipal que liga a Galvã a Britiande, no concelho de Lamego, provocado por um buraco que existia na estrada.

O requerente tem solicitado verbalmente, por diversas vezes, nas reuniões do executivo municipal a reapreciação do seu pedido, pelo que importa aqui analisá-lo. Essa estrada foi objeto da empreitada de “Execução da rede de água e recolha de águas residuais de Cepões – 1ª fase”, executada pela sociedade Francisco Pereira Marinho e Irmãos Lda., tendo efetuado a abertura de uma vala e posterior reposição de pavimento.

Presidente

Secretário

Por força da alínea b), do nº 7 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18.09, com a redação introduzida pela Lei nº 5-A/01 de 11.01, compete ao Presidente da Câmara Municipal promover todas as ações necessárias à administração corrente do património municipal (que inclui as estradas e caminhos municipais) e sua conservação (no mesmo sentido o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 1991.02.14, in BMJ, 404, pág. 491).

“Compete às câmaras municipais o encargo da sinalização temporária de trabalhos, obras e obstáculos ocasionais existentes nas estradas, ruas e caminhos municipais, tendo em vista prevenir os utentes do perigo que representam.” – Ac. do STA de 09.02.1995, in BMJ, 444, pág. 681.

Mesmo em casos de execução de empreitadas a responsabilidade é sempre, em primeira instância, da autarquia que poderá posteriormente exercer o direito de regresso contra o empreiteiro responsável. Até à presente data o empreiteiro não se pronunciou sobre este assunto.

Determina o artigo 304º do Código Civil que completada a prescrição, tem o beneficiário a faculdade de recusar o cumprimento da prestação ou de se opor, por qualquer modo, ao exercício do direito prescrito.

Contudo, dado que o princípio da legalidade, consagrado no artigo 3º do CPA é um dos princípios norteadores e basilares da atividade administrativa, verificando-se que a responsabilidade da ocorrência do acidente é, em primeira linha, desta autarquia, propõe à Exma. Câmara Municipal o pagamento da indemnização solicitada pelo requerente, no valor de € 1.500,00.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento da indemnização solicitada pelo requerente, no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), condicionada à existência de disponibilidade financeira, para efeitos de cabimento, requisição e pagamento.

06-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: CONDOMÍNIO DO PRÉDIO DO EDIFÍCIO DO RIBEIRINHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 1/17/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 960/DMSU, de 16 de Dezembro de 2011, em que dá conhecimento

Presidente

Secretário

do desaparecimento do contador de água n.º 2848725, da instalação predial n.º 28075, sita na Praça Dr. Fernando Amaral, Edifício Ribeirinho, A, B, C, D e cujo titular do contrato de fornecimento de água é o condomínio do Prédio do Edifício do Ribeirinho, pelo que propõe à Exma. Câmara a instauração do processo de contraordenação contra o referido condomínio.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

07-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 210/2010 (COD 17)

ARGUIDO: JOAQUIM PAULO ALMEIDA MENDES

Presente proposta de deliberação n.º 2/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo segundo a qual, finalizada a instrução do processo de contraordenação mencionado em epígrafe propõe à Exma. Câmara que delibere, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, a absolvição do arguido das contraordenações de que vem acusado e o arquivamento do processo de contraordenação n.º 210/2010.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

08-ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SAMODÃES (COD 37)

Presente a proposta de deliberação n.º 3/37/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos a qual refere que a Junta de Freguesia de Samodães solicitou a prorrogação, por mais um ano, do contrato de fornecimento de energia elétrica que está a servir a construção da sede da Junta de Freguesia e cujos pagamentos são suportados por este Município.

Tendo em atenção a contenção de custos em curso na Câmara Municipal de Lamego, propõe que o executivo aprecie e delibere sobre a presente petição.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

09-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA CARPINTARIA (COD 42)

REQUERENTE: CÉSAR MONTEIRO PONTE

LOCAL DA OBRA: SANTA BÁRBARA – VILA NOVA DE SOUTO DEL REI

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 4/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual, tendo em conta o teor da informação n.º 4613/DUDE, de 12 de Dezembro de 2011, e de acordo com o disposto no artigo 24º e alínea b) do n.º 1 do artigo 26º, do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, propõe à Câmara Municipal que delibere se isenta ou reduz, e em que percentagem, o pagamento das taxas a liquidar pelo requerente, no valor de 5.215,14 €.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conceder uma redução do pagamento das taxas, conforme previsto no Regulamento, sendo o valor a pagar, nestes termos, de 2.407,14 €.

10-ASSUNTO: PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO CURSO DE UM CAMINHO PÚBLICO (COD 42)

REQUERENTE: GLÓRIA DA SILVA PINTO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO SEIXAL – JUVANDES – VILA NOVA SOUTO DEL REI

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 6/51/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a requerente solicitou a alteração do traçado de um caminho público, que passava pelo meio do seu prédio rústico artigo n.º 1155, secção C, da freguesia de Vila Nova de Souto D'el Rei, propondo que o novo traçado fosse implantado na extremidade do seu terreno, com uma largura superior à existente.

Após cumpridos todos os procedimentos exigidos, foi aprovada na reunião da Assembleia Municipal de Lamego de 09 de Setembro de 2008, a desafetação da parcela de terreno com 230,00 m2, ao domínio público municipal, tendo sido inscrita na matriz da freguesia de Vila Nova de Souto D'el Rei sob o artigo n.º P779, e descrita na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 01171/20081006. Na reunião da Câmara Municipal de Lamego realizada em 2011/11/15, foi aprovada a alteração do curso do caminho em apreço, passando a ter uma área de 385,00 m2, devendo ser formalizada através da efetivação de um contrato de permuta.

Uma das condições para a realização da permuta, era que o novo traçado deverá ser pavimentado a betuminoso, prevendo-se um custo de 15.788,50 €, ou pavimentado a cubos de granito, prevendo-se um custo de 21.985,00 €, de acordo

Presidente

Secretário

com a informação n.º 3525, da DUDE de 2011/09/05. Estes encargos seriam da responsabilidade da requerente.

Foi dado conhecimento do teor da deliberação da Câmara Municipal, à requerente em 2011/11/22, tendo esta, em 2011/12/14, respondido que concorda com a permuta da parcela de terreno com a área de 230 m² (antigo caminho público), por uma parcela com 385,00 m² a desanexar do seu prédio rústico, mas que não poderá proceder à pavimentação exigida pela Câmara Municipal, uma vez que não têm possibilidades económicas para o efetuar, nem é necessário, uma vez que em toda a extensão do caminho encontra-se em terra batida e é muito pouco utilizado, sendo somente utilizado por alguns proprietários de terrenos agrícolas e por viaturas de todo-o-terreno.

Contudo, e como é do seu interesse a formalização da permuta, responsabiliza-se pela construção do novo troço do caminho, com uma largura de 6 m em toda a extensão confinante com o seu terreno. Na concordância com a estrada municipal será efetuada uma sub-largura, de modo a possibilitar a viragem do autocarro, sendo pavimentado com tout-venant.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara a apreciação da pretensão da requerente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão formulada pela requerente, concordando com os termos da permuta proposta.

11-ASSUNTO: PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL EM REGIME DE RENDA APOIADA E DE GESTÃO DAS HABITAÇÕES PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE LAMEGO (**COD 51**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 6/51/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal que refere que, tendo terminado o prazo de discussão pública, no dia 31 de Dezembro de 2011, referente ao Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Habitação Social em Regime de Renda Apoiada e de Gestão das Habitações propriedade do Município de Lamego, sem que tenham sido rececionadas quaisquer observações ou reclamações sobre o mesmo, propõe à Exma. Câmara a aprovação do referido Regulamento, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º. 2 do artigo 53º da Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

12-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE CEPÕES (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 7/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 970/DMSU, de 22 de Dezembro de 2011, sejam colocados três sinais verticais de estacionamento autorizado (H1a), acompanhado com um painel adicional (Pároco da Freguesia), um junto à Igreja de Cepões, outro junto à Capela da Galvã e outro junto à Capela Nossa Senhora da Saúde, na freguesia de Cepões. A sinalização referida está regulamentada pelo Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 41/2002 de 20.08.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

13-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE ALMACAVE (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 8/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 968/DMSU, de 21 de Dezembro de 2011, seja colocada a seguinte sinalização de trânsito na Rua de S. José e na Rua Senhor dos Perseguidos, na Freguesia de Almacave:

H3 – Trânsito de sentido único - na Rua de S. José ao lado da entrada da casa de S. José;

H3 – Trânsito de sentido único – na Rua de S. José ao lado do cruzeiro do monumento do Sr. dos Perseguidos e Terramotos;

C1 – Sentido Proibido – no entroncamento da Rua de S. José com a antiga EN226;

B2 – Stop – atrás do sinal C1 anteriormente referido.

C1 – Sentido Proibido – no entroncamento da Rua Sr. dos Perseguidos com a Rua da Villa Hostilina;

B2 – Stop – no entroncamento da Rua Sr. dos Perseguidos com a antiga EN226.

A sinalização referida está regulamentada pelo Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 41/2002 de 20.08.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretário

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

14-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO A UMA QUEDA NA AV. 5 DE OUTUBRO (COD 17)

REQUERENTE: CONCEIÇÃO AMÉLIA GOMES SAAVEDRA DOS SANTOS MIRANDA DA COSTA DIAS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 13/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que refere que, em 25.09.2007, a senhora Conceição Amélia Gomes Saavedra dos Santos Miranda da Costa Dias foi vítima de uma queda na Av. 5 de Outubro, em Lamego, aquando da realização das obras de requalificação dessa Avenida, num “buraco” aberto no piso para colocação do sistema de iluminação elétrica.

A requerente solicitou o ressarcimento dos danos sofridos, pelo que importa analisar o seu pedido.

Essa Avenida foi objeto da empreitada de “Requalificação Urbana da Av. 5 de Outubro” executada pelo consórcio M. Couto Alves/Norlabor.

Por força da alínea b), do nº 7 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18.09, com a redação introduzida pela Lei nº 5-A/01 de 11.01, compete ao Presidente da Câmara Municipal promover todas as ações necessárias à administração corrente do património municipal e sua conservação.

“Compete às câmaras municipais o encargo da sinalização temporária de trabalhos, obras e obstáculos ocasionais existentes nas estradas, ruas e caminhos municipais, tendo em vista prevenir os utentes do perigo que representam.” – Ac. do STA de 09.02.1995, in BMJ, 444, pág. 681.

Mesmo em casos de execução de empreitadas a responsabilidade é sempre, em primeira instância, da autarquia que poderá posteriormente exercer o direito de

Presidente

Secretário

regresso contra o empreiteiro responsável. Até à presente data o empreiteiro não se pronunciou sobre este assunto.

Determina o artigo 304º do Código Civil que completada a prescrição, tem o beneficiário a faculdade de recusar o cumprimento da prestação ou de se opor, por qualquer modo, ao exercício do direito prescrito.

Contudo, dado que o princípio da legalidade, consagrado no artigo 3º do CPA é um dos princípios norteadores e basilares da atividade administrativa, verificando-se que a responsabilidade da ocorrência do acidente é, em primeira linha, desta autarquia, proponho à Exma. Câmara Municipal o pagamento da indemnização solicitada pela requerente, no valor de € 2.500,00.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento da indemnização solicitada pelo requerente, no valor de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), condicionada à existência de disponibilidade financeira, para efeitos de cabimento, requisição e pagamento.

15-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM ARMAZÉM DE MATERIAL DE CANALIZAÇÃO DE GÁS E UM PARQUE DE ARMAZENAMENTO DE GARRAFAS DE GPL (COD 42)

REQUERENTE: GÁS, SILVA E ALVES, LDA.

LOCAL DA OBRA: ZONA INDUSTRIAL - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 14/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que face ao teor da informação n.º 4859/DUDE/2011/, de 26 de Dezembro de 2011, seja deliberado emitir parecer favorável referente à localização do reservatório de armazenamento de combustíveis no lote n.º 13 da zona industrial.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

16-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA MORADIA UNIFAMILIAR (COD 42)

REQUERENTE: PAULO SÉRGIO COELHO LOPES

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO CAMPO DOS COITINHOS - PENAJÓIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 19/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que refere que, na sequência da proposta de deliberação/532/42/11, de 12.10.2011, a Câmara deliberou, em reunião de

Presidente

Secretário

18.10.2011, indeferir o pedido de licenciamento para construção da moradia unifamiliar em causa, em virtude de o prédio objeto da operação urbanística pretendida, de acordo com a delimitação da REN constante da planta anexa e integrante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/99, publicada no Diário da República, I Série-B, n.º 186, de 11 de Agosto, integrar a REN.

Tendo sido notificado de tal ato administrativo, o requerente veio, a 19.12.2011, reclamar do mesmo, argumentando, além do mais, que *“8. (...) o diploma que publicou a planta de condicionantes REN, através da Resolução do Conselho de Ministro nº 85/99, estabeleceu uma planta impossível de pôr em prática. 9. Com efeito, as manchas referentes à REN estão mal identificadas, evidenciando um erro clamoroso e objectivo, porque o documento possibilita a construção em locais onde é técnica fisicamente impossível a construção do que quer que seja. (...) 16. (...) na freguesia da Penajóia é permitida a construção em locais inacessíveis, em zonas ribeirinhas em locais onde não existem quaisquer infraestruturas, com valor e sensibilidade ecológicos e impedida a construção em locais já urbanizados. (...) 19. (...) existe erro material na planta anexa à Resolução que publicou a REN (...) 20. (...) tal erro vai, ou irá ser corrigido na próxima revisão do PDM. 21. (...) a mancha relativa à REN está mal identificada, porque não pode transformar zonas urbanizadas e urbanizáveis em zonas ecológicas e estas naquelas. (...) 23. (...) no local outras construções foram já permitidas e executadas, mostrando-se impossíveis as construções em zonas que a carta permite, (...)”* e requerendo, a final, que *“Deve a deliberação tomada ser revogada e substituída por outra que permita a construção da edificação no lugar já assinalado, com a consequente aprovação do projeto apresentado.”*

Na sequência dessa reclamação, foi elaborada a informação n.º 4785, de 21.12.2011, em sede da qual se confirma ser *“(...) um facto que existe a referida contradição entre as plantas, sendo ainda de salientar que, tal como argumentado pelo requerente, as plantas da REN chegam a classificar os aglomerados urbanos como REN, deixando zonas de linhas de água, áreas de risco de erosão, classificadas como Área de Ocupação Condicionada.”*, acrescentando-se ser *“De salientar ainda que mais concretamente nas cartas da REN “C” e “D”, constata-se que as manchas que era suposto serem ininterruptas não possuem continuidade, facto este que pode suportar a tese de haver um lapso de representação em*

Presidente

Secretário

algumas das cartas da REN.”, e concluindo-se deixando “(...) à consideração da Exma. Câmara a revogação da deliberação tomada na reunião ordinária da câmara municipal de 18/10/2011.”.

A 26.12.2011, o Sr. Chefe da DUDE também confirmou que “(...) nas cartas da REN para o concelho de Lamego aprovadas por Resolução do Conselho de Ministros Nº85/99 e publicadas na I Série-B do Diário da república de 11/08/1999, (...) encontram-se erradas estando trocadas as áreas de construção com as áreas de REN, isto é delimita os aglomerados como áreas de REN e as zonas declivosas, cabeceiras, leitos de cheias, áreas junto de linhas de água como zonas onde é possível a construção. (...)”, tendo expresso o entendimento de que (...) é totalmente descabido indeferir um processo com o argumento de que se encontra em área de REN, isto apenas porque as cartas da REN estão erradas.” e, conseqüentemente, concluído “(...) que não deve ser indeferida a pretensão, no entanto deixo a decisão à consideração superior, (...)”.

Face ao exposto, sou a propor que a Exma. Câmara delibere revogar a deliberação tomada na reunião ordinária realizada a 18.10.2011, substituindo-a por outra que consubstancie a aprovação do projeto de arquitetura apresentado, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 38.º do regulamento do PDM.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

17-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (COD 51)

REQUERENTE: MARCO PAULO DA COSTA RODRIGUES – BAR PUROMALTE, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 15/51/11 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor Marco Paulo da Costa Rodrigues, gerente do bar Puromalte, Lda., seja ratificado o seu despacho datado de 6 de Janeiro de 2012, no qual autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 04H00 da manhã para as 06H00, nos dias 7 e 8 de Janeiro de 2012 e que seja autorizado o mesmo horário para os dias 14, 15, 21, 22, 28 e 29 de Janeiro de 2012, 4, 5, 18, 19, 21, 25 e 26 de Fevereiro de 2012, 3, 4, 10, 11, 17, 18, 24, 25, e 31 de Março de 2012, e 1, 6, 7 e 8 de Abril de 2012, de acordo com o artigo 3º do Regulamento dos Horários

Presidente

Secretário

de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

18-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (COD 51)

REQUERENTE: ALCINO FILIPE COUTINHO XAVIER CARVALHO – BAR TREBARUNA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 16/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor Alcino Filipe Coutinho Xavier Carvalho – Bar Trebaruna, seja ratificado o seu despacho datado de 6 de Janeiro de 2012, no qual autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 7 e 8 de Janeiro de 2012 e que seja autorizado o mesmo horário para os dias 14, 15, 21, 22, 28 e 29 de Janeiro de 2012, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

19-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (COD 51)

REQUERENTE: PAULO ALEXANDRE PEREIRA TEIXEIRA – OLD ROCK CAFÉ

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 17/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor Paulo Alexandre Pereira Teixeira, gerente do Old Rock Café, seja ratificado o seu despacho datado de 6 de Janeiro de 2012, no qual autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 7 e 8 de Janeiro de 2012 e que seja autorizado o mesmo horário para os dias 14, 15, 21, 22, 28 e 29 de Janeiro de 2012, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

20-ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A DIOCESE DE LAMEGO (**COD 52-A**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 18/52-A/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que, a Diocese de Lamego é a mais antiga e uma das mais relevantes instituições do concelho de Lamego, sendo esta importância traduzida no importante e valioso património religioso que se encontra ao serviço dos cidadãos e que enriquece de forma extraordinária a cidade e o concelho. Mas também a ação e as atividades da diocese, no plano cultural, educativo e social são de enorme importância para o município, assumindo-se a diocese de Lamego como um dos mais destacados arceiros do município.

A situação de profunda crise económica e social que vivemos tem acentuado a necessidade de aprofundar as parcerias estabelecidas entre o município e as instituições locais, quer no que se refere à partilha de infraestruturas e equipamentos, quer especialmente no que concerne à criação de condições para apoio social aos mais desfavorecidos. A diocese e as instituições tuteladas ou dependentes da igreja são o primeiro interlocutor dos serviços de ação social do município para a resolução dos problemas que diariamente nos são colocados por

Presidente

Secretário

cidadãos em dificuldade. Impõe-se, por isso, criar condições financeiras e logísticas de suporte estruturado a esta colaboração, competindo ao município assumir a sua parte de responsabilidade nesta parceria e apoiar financeiramente as iniciativas em curso na diocese, a cedência de facilidades diversas ao município e a disponibilidade permanente para acolher pedidos de ação social.

Entre as facilidades cedidas pela diocese ao município, ou no interesse do município, contam-se a cedência do museu diocesano e do seu auditório para eventos do município, nomeadamente o Plast&Cine, a entrega ao Município de Lamego de uma parcela de terreno para estacionamento, junto ao Centro Paroquial de Almacave, a disponibilização, a pedido do município, de um espaço para a loja social que a câmara e a paróquia de Almacave querem desenvolver, bem como a como a permanente disponibilidade para acolher pedidos diversos na área social.

Assim, propõe-se que o Município de Lamego se comprometa a transferir mensalmente, uma verba de 1.500,00 €, para apoio à manutenção e disponibilização pela diocese de Lamego da utilização das instalações do museu diocesano, até 5 utilizações mensais, de espaço para a loja social e de resposta adequada aos pedidos formulados pelos serviços de ação social do município.

O presente protocolo vigora, por um período de cinco anos, contados a partir da sua entrada em vigor, o qual será automaticamente renovado anualmente, se não for denunciado por qualquer das partes, através de carta registada com aviso de receção até noventa dias antes do termo do prazo.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação da minuta do protocolo de colaboração a ser celebrado com a Diocese de Lamego, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º, e do artigo 67.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

21-ASSUNTO: DISTRATE DA HIPOTECA EXISTENTE SOBRE O LOTE N.º 3 DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO N.º 2/2011 (**COD 39**)

REQUERENTE: MACPRI, IMOBILIÁRIA, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 20/39/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que refere que, pela informação n.º 1460 de

Presidente

Secretário

2011/04/05, foi calculado o valor da caução destinada a assegurar a boa e regular execução das obras, da operação de loteamento n.º 2/11, totalizando 98.556,99 €.

Na reunião da Câmara Municipal de Lamego, de 2011/05/31, foi aprovado por unanimidade aceitar para garantia da boa e regular execução das obras de urbanização da operação de loteamento, juntamente com a hipoteca dos lotes 5 e 6 (já aceite na reunião da CML de 2011/05/17), também a hipoteca do lote 3.

Na reunião da Câmara Municipal de 27 de Dezembro de 2011, foi homologado o auto de vistoria n.º 63, de 22 de Dezembro de 2011, com a proposta de redução do valor da caução inicial destinada a assegurar a boa e regular execução das obras, da operação de loteamento n.º 2/2011, de 98.556,96 € para 66.913,93 €.

Em 2012/01/02, o promotor requerer o distrato da hipoteca existente sobre o lote 3, descrito na CRP de Lamego com o n.º 01806/20110527, sob a apresentação n.º 3252, de 27/5/2011.

Considerando o valor atribuído pela comissão de avaliação a cada lote, persistindo a hipoteca somente sobre os lotes 5 e 6, mantem-se garantido por excesso o valor da caução, uma vez que o valor dos lotes 5 e 6 é suficiente:

$$\begin{aligned}\text{Valor total} &= \text{Valor lote 5} + \text{Valor lote 6} \\ &= 39.264,72 \text{ €} + 39.453,74 \text{ €} \\ &= 78.718,46 \text{ €}\end{aligned}$$

PROPOSTA: Face à aprovação da redução do valor da caução inicial destinada a assegurar a boa e regular execução das obras, da operação de loteamento n.º 2/2011, de 98.556,96 € para 66.913,93 €, na reunião da Câmara Municipal de 27 de Dezembro de 2011, propõe que seja libertada a hipoteca existente sobre o lote n.º 3, inscrito na matriz sobre o artigo urbano n.º 2288-P, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 01806/20110527.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro.

22-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretário

23-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às dez horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária